

A IDÉIA DE ÁFRICA, O RACISMO E A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NAS ESCOLAS

Herline de Pontes Simões
Historiadora – UEPB
Especialista em Literatura e Cultura Afro-brasileira – UEPB
E-mail: herline_ps@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise de como vem sendo construído nas escolas o conceito de África, haja vista que quando nos referimos ao continente, os alunos e a sociedade em si atribuem ao lugar aspectos de cunho negativo, desconsiderando a história política, social, cultural e ideológica construída pelos negros africanos, antes mesmo da sua vinda às terras brasileiras. Possivelmente, a ausência da história da África ou a maneira como vem sendo abordada na sala de aula tem reforçado a questão do preconceito racial presente na sociedade brasileira e no cotidiano escolar. Desta forma, é importante enfatizar que o papel das Políticas de Ações Afirmativas nas escolas e na sociedade, torna-se primordial, uma vez que é a partir dela que se pretende chegar a tão sonhada democracia racial, onde a igualdade racial, social e educacional seja um direito de todos os cidadãos independentemente da sua raça, cor ou etnia.

Palavras-chave: África. Escola. Racismo.

Quando se estuda a disciplina de história nas escolas, principalmente na educação fundamental e ensino médio, pouco ou literalmente nada se comenta em relação a história do continente e do povo africano, o mínimo que se diz é que os negros foram trazidos da África para trabalhar na mão de obra escrava, passando por uma viagem longa no navio negreiro até chegar ao Brasil ou ainda que eles sofreram, sendo levados constantemente ao tronco, onde ali apanhavam e eram submetidos a viverem em condições extremamente precárias, sem reação alguma diante dos mandos e desmandos da classe dominante ou seja, os europeus.

Se fossemos questionar alguns alunos sobre o que eles sabem em relação à África, certamente, em sua grande maioria afirmaria que a África é o lugar onde prevalece de forma visível a fome, as doenças, a miséria, ou ainda poderiam salientar que é um continente habitado por negros, homens considerados selvagens, incapazes, indolentes, enfim, o conhecimento adquirido e propagado por alunos ou até mesmo por alguns profissionais da educação é a ideologia de uma África sem cultura e sem história. Como complementa Hernandez (1):

Os africanos são identificados com designações apresentadas como inerentes às características fisiológicas baseadas em certa noção de raça negra. O termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui um amplo espectro de significações negativas, tais, como frouxo, fleumático, indolente e incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo.

Fazendo uma breve comparação aos outros povos que viviam em variados continentes, construí-se a idéia de que os africanos são “povos diferentes”, “estranhos”, e donos de uma “cultura exótica”, percebem-se, portanto, as ideologias, os termos colocados de forma pejorativa e a visão estereotipada quando nos referimos ao continente e ao povo que ali habita.

Esta versão construída nas escolas e até mesmo no cotidiano das pessoas quando se deparam com as informações televisivas ou jornalísticas mostrando os aspectos negativos da África, vem reforçando certos tipos de preconceito através do desconhecimento e principalmente da falta de incentivo e interesse em saber a história que os negros construíram antes da sua chegada as terras brasileiras, é esquecida ou raramente estudada a sua cultura, como era o relacionamento desses povos com as outras culturas, o desenvolvimento social, político e econômico antes do contato com o europeu.

Evidentemente, as dificuldades e os desafios não são fáceis de serem superados, inclusive quando se tem a pretensão de desconstruir tais ideologias que no transcorrer dos cinco séculos permanecem fixas na mentalidade brasileira, porém, é de extrema importância que comecemos a desmistificar essas idéias que sempre colocam o negro em condição de escravo e imponente e o continente africano como um lugar a ser estudado, descoberto e explorado em sua cultura.

Hernandez (2) nos informa que: “aproximando por analogia o desconhecido ao conhecido considera-se que a África não tem povo, não tem nação e nem Estado; não tem passado, logo não tem história”.

Primeiramente, podemos afirmar com plena convicção que a África tem história, logo os negros como se tem repercutido, não são selvagens e sem cultura, pelo contrário quando nos referimos a cultura africana e a negritude pode-se perceber a relação íntima com a cultura brasileira, pois, destes povos herdamos a música, as danças, as religiões e a culinária, sendo até os nossos dias amplamente explorados tradicionalmente pelo povo brasileiro, o negro está na formação da própria alma brasileira.

Talvez a ausência da história da África na sala de aula tenha reforçado o preconceito em relação à cultura do seu povo, espelhando-se na discriminação racial presente no convívio da sociedade atual, sendo um grave problema enfrentado por crianças, jovens, adolescentes e adultos no cotidiano escolar e no âmbito onde vivenciam.

Porém, na percepção de Lima e Romão (3): “O elemento básico para a introdução a história africana não está na história africana e sim na desconstrução e eliminação de alguns elementos básicos das ideologias racistas brasileiras”.

A eliminação que se pretende alcançar em relação ao racismo ainda não conseguiu atingir o ápice na sociedade brasileira e nas escolas, principalmente, quando nos referimos a alguns “educadores” que na convivência com a diversidade étnica - cultural presenciam este tipo de discriminação e permanecem omissos diante das situações constrangedoras ocorridas em sala de aula, portanto, torna-se inaceitável que observando estes fatos, ouvindo termos pejorativos e piadas de cunho racista que venham denegrir a imagem e o estereótipo do negro, a escola deixe passar despercebida a forte participação e contribuição do negro no passado e no presente do panorama político, social, econômico e ideológico do Brasil, desvalorizando a sua luta pela resistência no período escravocrata bem como a consolidação do expansionismo cultural em nosso meio. Como analisa Munanga (4):

O racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar mão-de-obra barata através da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo extra para o branco colonizador opressor. O racismo entre os seres humanos foi surgindo e se consolidando aos poucos.

Na sociedade brasileira há um contingente significativo de pessoas que afirmam não serem racistas, quando pegos de surpresa com a seguinte pergunta: Você tem preconceito racial?

Evidentemente que na maioria das vezes existe uma forte negação, porém, bastam algumas atitudes ou comportamentos que comprovem a pré-concepção que as pessoas têm em relação à população negra.

Pressupõe que no Brasil existe uma “democracia racial”, contudo, a negritude sempre se depara com situações que os excluem da participação integral no contexto sócio-cultural, lembremos, portanto, das palavras do escritor Florestan Fernandes ao fazer uma associação da democracia ao “mito”, buscando um significado, de acordo com a sua nomenclatura, mito significa uma ideologia falsificada, que distorce a realidade ou não corresponde a ela, deste modo à revolução social ainda não conseguiu atingir a homogeneidade no cenário brasileiro, haja vista que as classes menos favorecidas estão a mercê de um sistema ambigualmente excludente e desigual.

Há ainda os que afirmam que o preconceito está presente na cabeça do negro, pensamento errôneo, o racismo está na mentalidade do branco que sempre idealizou o negro

como um ser inferiorizado. Se observarmos uma pesquisa realizada no ano de 1988, o resultado identificava que 97% das pessoas se auto-afirmavam não ter preconceito, dos mesmos entrevistados 98% diziam conhecer pessoas que possuíam sim, preconceito. Como, afirma Schwarcz (5), conclusão da enquête: “Todo brasileiro se sente como uma ilha da democracia racial, cercado de racista por todos os lados”.

Com a perpetuação da discriminação racial seja no cotidiano escolar ou no âmbito social, nota-se a existência de um sistema extremamente racista prova disto são as desigualdades, colocando sempre o branco numa posição de destaque, enquanto o negro é excluído, inclusive quando se trata da sua inserção no sistema educacional e no mercado de trabalho.

A grande questão é: como combater o racismo na escola? Será que as escolas estão modificando os seus currículos? E os educadores, realmente se vêm preparados para lidar com está temática ou ainda continuam reproduzindo uma história estereotipada do negro proveniente na maioria dos livros didáticos? Cavalleiro apud Silva (6) Responde-nos a tais questionamentos:

No que se refere aos currículos escolares, chamou-se a atenção para a ausência dos conteúdos ligados a cultura afro-brasileira e a história dos povos africanos no período anterior ao sistema escravista colonial. Houve várias iniciativas de inclusão destes temas nos currículos formais de certas escolas ou mesmo de redes de ensino de algumas cidades brasileiras. Entretanto, esbarrou-se no problema da falta de formação do professorado para tratar essas questões em sala de aula.

A falta de formação da grande maioria dos docentes tem sido um problema a ser enfrentado, haja vista que não se sentem preparados para discutir as temáticas que abordem a cultura e a história do povo africano, disseminando por vezes a importância de tratar a etnicidade e a raça de forma construtiva, estabelecendo e respeitando, por conseguinte, as particularidades e as diferenças no ambiente escolar, que é o espaço para que se desconstrua a visão negativizada em relação à africanidade.

Isto se torna constante quando nos deparamos com os livros didáticos de história, que é um importante subsídio para a prática metodológica do professor, mas que infelizmente tratam de maneira ambigualmente deturpada o negro e a sua cultura, primeiro por aparecer como arquétipo, ou seja, o negro é sempre o escravo sofredor, o selvagem ou ainda aquele que é visto como servo e submisso ao sistema colonialista.

A iniciativa de transformar este panorama enviesado, parte primordialmente da iniciativa das entidades que lutam e buscam pela valorização da África e dos africanos, isto é evidente a partir do Movimento Negro (MN) que se preocupa com a formação de educadores e educadoras

para o combate ao racismo no sistema educacional, bem como para a inserção de um material didático pedagógico que sirva como suporte para uma visão crítica e de defesa da igualdade étnico-racial, que não conseguiu alcançar a culminância, perpetuado devido ao período escravistas que ainda sobrevive em nossa sociedade atual como uma sombra do passado, estabelecendo patamares de diferenças entre negros e brancos.

Sabemos que a educação é considerada o passo primordial para o crescimento e para a maturação intelectual do cidadão, contribuindo consideravelmente para a sua participação na sociedade, no entanto, para a população negra este direito de uma forma ou de outra um dia fora negado.

Historicamente, desde o período colonial passando pelo Brasil Império e República, os afro-descendentes vêm sofrendo uma forte discriminação quando nos referimos a educação, onde o decreto de Nº. 1.331 de 17 de fevereiro de 1864 estabelecia que nas escolas públicas do país a participação e o direito ao processo de ensino não era permitido aos escravos e quando eram admitidos, os professores criavam estratégias para que os mesmos não alcançassem os bancos escolares. Com a luta da comunidade negra, apenas a partir do ano de 1930, é que o ensino formal brasileiro se abre para os negros, iniciando um programa de “Alfabetização Doméstica”.

Se fossemos observar o grau de desigualdade entre os brancos e os negros em relação ao sistema educacional, é notório identificar que os brancos passam mais tempo estudando do que estes que adquirem um número bem inferior. Segundo Cavallero apud Silva (7), as informações com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada no ano de 1996, revelam os resultados que confirmam as desigualdades raciais no país.

Os dados do IBGE ratificam as desigualdades raciais/ étnicas na educação; pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2% de negros e 6,2% de brancos). Na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é de 12% maior do que o de pessoas brancas. Segundo a pesquisa ainda, cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos se encontravam no mercado de trabalho contra 40,5% de crianças negras na mesma faixa.

O nosso país é considerado multicultural, existe uma mistura da cultura européia e da cultura africana, portanto possuímos de acordo com os dados do IBGE, 45% de negros que formam a população brasileira, mesmo com quase metade deste número no geral, ainda prevalece a mentalidade de que os negros não possuem potencialidades e que são incapazes de obter destaque no campo social, há uma supervalorização da cultura e do povo europeu, reforçando o eurocentrismo e transformando as origens do nosso povo em algo excludente e

esquecido. É a partir destas e de outras situações que se torna primordial enfatizar o que são e qual o papel das políticas de ações afirmativas nas escolas. De acordo com Munanga (8):

As chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia anti-racista. Nos países onde já foram implantadas (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros), elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação.

Ou ainda como informa Borges apud Silva (9): “Surgiu, então a idéia de afirmar, de tomar uma medida positiva, ao invés de permanecer na atitude passiva de declarar igualdade entre as pessoas ou de apenas condenar a discriminação racial”.

O foco primordial ao se tratar das políticas afirmativas ou de reparações é mostrar que deve existir sim uma igualdade racial, social e educacional, haja vista que tanto o negro quanto o branco ou o indígena tem um papel importante a exercer na sociedade, independente da sua cor, raça ou etnia, compensando deste modo, a falta de oportunidade de grupos historicamente subjugados.

É cabível destacar que as ações afirmativas não tiveram seu nascedouro de forma repentina, pelo contrário é uma luta de longos anos dos Movimentos Negros (MN) e do Movimento das Mulheres Negras (MNM) que em sua trajetória vem combatendo certas atitudes ligadas à discriminação étnico-racial.

Outro aspecto a ser ressaltado é que as ações buscam transformações de cunho político, cultural e pedagógico, não se delimitando apenas a área da educação, torna-se interessante que elas possam abranger outros espaços, onde se percebe com maior evidência, manifestações discriminatórias que devem ser superadas e onde tem uma constatação de desigualdade e exclusão.

No espaço escolar a criança estabelece um primeiro contato com o meio social, sendo ela a promissora da valorização, dos hábitos, crenças e comportamentos que visam respeitar de forma eficaz as diferenças e características individuais de cada grupo, buscando em cada cidadão presente no cotidiano da sala de aula, a história e a cultura do seu povo, como forma de valorização das suas origens de modo que todos os alunos e professores sendo negros ou não se sintam apoiados.

A inserção da cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar é de suma importância, já que em sua maioria, os livros didáticos não tratam desta temática especificamente. Obviamente, que ao trabalhar com história e cultura africana, o educador não se restrinja apenas a datas comemorativas como o dia 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) ou o dia 13 de Maio (Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo), o conteúdo sobre África deve ser estudado continuamente no cotidiano escolar.

Deste modo, o passo inicial para combater o racismo na escola é buscar subsídios que transforme as ideologias negativas que atualmente se tem sobre o continente africano e a negritude, mostrando e construindo no alunado as perspectivas positivas e descobrindo um novo olhar que possibilite a valorização da sua etnia, as riquezas contidas nas raízes do seu povo e da sua origem histórica.

Notas

1. HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: Visita a África contemporânea**. São Paulo: Selo Negro. 2005, p.18.
2. Idem.
3. LIMA, Ivan Costa e ROMÃO, Tcruse (Orgs.) **Negros e Currículo**. In: **A História Africana e os Elementos Básicos para o seu ensino**. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1997, p. 58.
4. MUNANGA, Kanbegele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. 2001, p.35.
5. SCHWARZ, Lilia Moritz. REIS, Letícia Vidor de Sousa (Orgs.). **Negras imagens: ensino sobre cultura e escravidão no Brasil**. In: **Questão racial no Brasil**. São Paulo: Edusp. 1996, p.155.
6. CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola**. In: SILVA, Maria Aparecida de. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: Mais uma tarefa essencial**. São Paulo: Summus, 2001. p.66.
7. Ibidem, 2001, p.68.
8. MUNANGA, Kanbegele. **Políticas de Ação Afirmativa em Ação da População Negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa das cotas**. Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31.
9. BORGES, Edson. Et. al. **Racismo, preconceito e intolerância** . São Paulo: Atual. 2002. p.106.